

O FEMINISMO NA SOMBRA

O Feminismo na Sombra – relações de poder na CUT é mais um livro que vem se incorporar à ainda escassa literatura brasileira e, em particular, à nordestina que trabalha com a mulher sindicalizada enquanto protagonista de uma trajetória que está se fazendo. A leitura é extremamente instigante por se tratar de uma tentativa de construir um conhecimento que se tece através da consulta/confronto de saberes, os quais expressam uma pluralidade de interesses.

Para analisar as mulheres, enquanto protagonistas da organização e da prática sindical, a autora trabalha, sobremaneira, com uma metodologia qualitativa centrada na observação participante, mas não despreza dados de natureza quantitativa que iluminam o resgate de seu objeto de estudo, com toda a complexidade que o mesmo encerra.

Ao longo da questão central do livro a análise das relações de gênero e a inserção da mulher nas práticas sindicais – a autora expressa sua preocupação com o desenvolvimento de uma experiência pedagógica capaz de propiciar a construção e/ou aprofundamento da consciência crítica diante da realidade social. Essa preocupação é fundamental no sentido de contribuir com o avanço das forças democráticas e populares.

A discussão sobre a “trajetória dos sujeitos que se fazem trabalhadores” constitui um pano de fundo que situa a problemática no espaço urbano de Fortaleza desvendando inúmeras adversidades que perpassam o cotidiano dos trabalhadores de baixa renda. E, neste contexto, os movimentos sociais urbanos desencadeados,

DE GEMA GALGANI S. L. ESMERALDO
O feminismo na sombra: relações de poder na CUT. Fortaleza: EUFC, 1998, 262p.

POR ELZA MARIA FRANCO BRAGA
Socióloga, Professora da Universidade Federal do Ceará/Dep. de Ciências Sociais e Filosofia/
Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

sobretudo, no final das décadas de 70 e 80, testemunham a emergência de um processo reivindicatório que, articulado nacionalmente, corroborou para a queda da ditadura e o soerguimento do Estado de Direito.

Nesse cenário, as mulheres demarcam sua inserção diferenciada no mercado de trabalho e no cotidiano doméstico. Ora expressam suas reivindicações, individualmente, utilizando-se das diferentes esferas de sociabilidade; ora articulam-se coletivamente através das organizações feministas e de suas lutas sociais como também, mediante estruturas organizativas de caráter mais geral.

A partir da preocupação em estabelecer as bases do novo “fazer sindical” e a emergência da Central Única dos Trabalhadores -CUT, o olhar é dirigido, preferencialmente, para a participação da mulher e para as suas práticas marcadas pelos componentes da exploração e da opressão. Nesse percurso, brotam as contradições entre a esfera familiar e a pública que, segundo a autora, aprofundaram as “diferenças dos papéis sociais para homens e mulheres”.

A crescente participação da mulher no mercado de trabalho explicitando a dimensão discriminadora e exploradora e as manifestações políticas expressando sua consciência face as discriminações de papéis e a negação de direitos levam a CUT a “assumir a luta das mulheres como parte da luta de classe” (p.99/100).

Entre os 17 sindicatos selecionados na amostra, seis deles se enquadram no setor produtivo e onze no setor de serviços, predomina a mão-de-obra feminina, representando 55%. Entretanto, esta predominância não se concretiza

em relação à categoria dos sindicalizados, onde a participação feminina atinge 46%, em relação ao total. Se por um lado tal fenômeno é explicado pela dupla jornada de trabalho e pela postura autoritária dos companheiros, por outro lado, observa-se, também, que muitas mulheres introjetam no seu imaginário a concepção do sindicato como espaço masculino.

Os dados também revelam a baixa representação das mulheres nas diretorias sindicais e, quando isso ocorre, as mesmas ocupam cargos secundários. Frente a essas diferenciações, debates estão emergindo. Entretanto, apenas um sindicato dentre os pesquisados, o MOVA-SE, utiliza o rodízio semestral entre os membros de uma diretoria colegiada.

Tais limitações em relação à incorporação das mulheres em cargos-chave da direção

sindical demonstram as desigualdades no campo da representação e do exercício do poder.

Estas e outras limitações foram desvendadas, não somente a partir dos depoimentos das mulheres mas, também, dos diretores entrevistados. Este diálogo com os gêneros feminino e masculino é fundamental no sentido de apreender esta complexa relação que, embora marcada por uma hierarquia de poder, não é capaz de silenciar as descobertas, os aprendizados, as lutas e as conquistas que perpassam o cotidiano do movimento sindical.

Concluindo, a autora considera que o estudo realizado tem um objetivo não só acadêmico como também, político, ao apontar para uma ressignificação dos papéis sexuais gestados numa nova ordem social, sem absolutizar nenhum dos gêneros.